



**Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES  
PODER EXECUTIVO**

**LEI MUNICIPAL Nº 3.119, DE 20 DE JULHO DE 2001.**

**INSTITUI O SISTEMA DE CONTROLE  
INTERNO NO MUNICÍPIO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DARCY POZZA**, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,  
**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de  
Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído no Município de Bento Gonçalves o **Sistema de Controle Interno**, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

**Parágrafo único** - O **Sistema de Controle Interno** ficará integrado na estrutura do Gabinete do Prefeito.

**Art. 2º** - São atribuições do **Sistema de Controle Interno**:

- I - avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual;
- II - verificar o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- IV - verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite;
- V - verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites ;
- VI - controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VII - verificar os limites constitucionais e legais da destinação de recursos orçamentários para o Poder Legislativo;
- VIII - controlar a execução orçamentária;
- IX - avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa públicas;
- X - verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;
- XI - controlar a destinação de recursos para os setores público e privado;
- XII - avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;
- XIII - verificar a escrituração das contas públicas;
- XIV - acompanhar a gestão patrimonial;



**Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES  
PODER EXECUTIVO**

Lei Municipal nº 3.119, de 20.07.2001 – fl. 02

- XV - apreciar o relatório de gestão fiscal, assinando-o;
- XVI - avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;
- XVII - apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar as soluções;
- XVIII - verificar a implementação das soluções indicadas;
- XIX - criar condições para atuação do controle externo;
- XX - orientar e expedir atos normativos para os Órgãos Setoriais;
- XXI - elaborar seu regimento interno, a ser baixado por Decreto do Executivo;
- XXII - desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições.

**Art. 3º - O Sistema de Controle Interno** será integrado por:

- I - órgão de coordenação central, denominado **Central do Sistema de Controle Interno**, responsável pelo desempenho das atribuições elencadas no artigo anterior;
- II - órgãos integrados, denominados **Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno**, responsáveis, em suas unidades específicas, pelo desempenho das atribuições pertinentes ao controle interno e posterior remessa, para a **Central do Sistema de Controle Interno**, da documentação atinente a essa tarefa.

**Art. 4º - A Central do Sistema de Controle Interno** será integrada por servidores do Município, sendo:

- I - 01 (um) contador ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- II - 03 (três) servidores ocupantes de cargo de nível médio ou superior, com experiência comprovada em administração pública municipal.

**§ 1º - Os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno** serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, sendo 03 (três) dentre os servidores, detentores de cargo de provimento efetivo e estáveis e 01 (um) de cargo em comissão.

**§ 2º - Não poderão ser escolhidos para integrar a Central do Sistema de Controle Interno** servidores que tenham sido declarados, administrativa ou judicialmente, em qualquer esfera, de forma definitiva, responsáveis pela prática de atos considerados irregulares e/ou lesivos ao patrimônio público.

**§ 3º - Os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno** farão jus ao recebimento de uma gratificação mensal no valor de até 02 (duas) FG-6.



**Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES  
PODER EXECUTIVO**

Lei Municipal nº 3.119, de 20.07.2001 – fl. 03

**Art. 5º** - A **Central do Sistema de Controle Interno** será assessorada permanentemente pelo órgão jurídico do Município.

**Art. 6º** - As orientações da **Central do Sistema de Controle Interno** serão formalizadas através de **Recomendações**, as quais, uma vez aprovadas pelo Prefeito Municipal, possuirão caráter normativo.

**Art. 7º** - Os **Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno** são os seguintes:

- I - Secretaria Municipal da Administração;
- II - Secretaria Municipal de Finanças;
- III - Secretaria Municipal da Saúde;
- IV - Secretaria Municipal da Educação;
- V - Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas;
- VI - Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania;
- VII - Secretaria Geral de Governo;
- VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura;
- IX - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- X - Secretaria Municipal de Turismo;
- XI - Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos;
- XII - Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Lazer;
- XIII - Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- XIV - Procuradoria Geral do Município;
- XV - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano.

**§ 1º** - Cada **Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno** será representado por um servidor, detentor de cargo de provimento efetivo e estável ou de cargo em comissão.

**§ 2º** - O servidor responsável pelo **Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno** deverá, sempre que convocado comparecer junto a **Central do Sistema de Controle Interno** para prestar esclarecimentos sobre suas tarefas e as de sua unidade específica.

**§ 3º** - A autoridade máxima de cada um dos **Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno** escolherá o servidor responsável pela unidade.

**Art. 8º** - São obrigações dos servidores integrantes do **Sistema de Controle Interno**:



**Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES  
PODER EXECUTIVO**

Lei Municipal nº 3.119, de 20.07.2001 – fl. 04

I - manter, no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

II - representar, por escrito, ao Prefeito Municipal, contra o servidor que tenha praticado atos irregulares ou ilícitos;

III - guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de pareceres e representações ao Prefeito Municipal ou para expedição de recomendações.

**Art. 9º** - Os responsáveis pelo **Sistema de Controle Interno** ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão conhecimento ao Prefeito Municipal ou, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

**Art. 10** - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidade perante os órgãos e servidores responsáveis pelo **Sistema de Controle Interno**.

**Art. 11** - A **Central do Sistema de Controle Interno** reunir-se-á, no mínimo, 01 (uma) vez por mês, com os servidores responsáveis pelos **Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno**.

**Art. 12** - Na segunda quinzena do mês de dezembro de cada ano, a **Central do Sistema de Controle Interno** fará relatório circunstanciado de suas atividades propondo as medidas necessárias ao aperfeiçoamento das atividades controladas.

**Art. 13** - O **Sistema de Controle Interno** constitui atividade administrativa permanente e a participação de servidor público em quaisquer atos necessários ao seu funcionamento é considerada como relevante serviço público obrigatório.

**Art. 14** - Não existirá qualquer tipo de subordinação hierárquica entre os órgãos integrantes do **Sistema de Controle Interno**.

**Art. 15** - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta lei.

**Art. 16** - O **Sistema de Controle Interno** do Legislativo organizar-se-á por Lei própria.



**Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES  
PODER EXECUTIVO**

Lei Municipal nº 3.119, de 20.07.2001 – fl. 05

**Art. 17** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 18** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO  
GONÇALVES, aos vinte dias do mês de julho de dois mil e um.**

**DARCY POZZA  
Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se

---